

O ALTO SERTÃO BAIANO NA LITERATURA DE JOÃO GUMES: REGISTROS E DENÚNCIAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria Lúcia Porto Silva Nogueira

Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: mluciaporto@yahoo.com.br

Palavras-chave: História. Fontes literárias. Cultura. Região.

As propostas inovadoras trazidas pela Nova História a partir da década de 1970, alargaram consideravelmente a noção de documento histórico, fazendo emergir uma gama de novos enfoques nos estudos historiográficos e a incorporação das mais variadas fontes para a pesquisa histórica, entre as quais as fontes literárias, objeto de análise neste trabalho¹.

Para autores como Bakhtin (1992, p. 362; 366), a Literatura deve caminhar ao lado da História da Cultura numa vinculação bem estreita, assim como uma “parte inalienável da cultura”, e isso irá possibilitar a compreensão do fato literário “dentro da totalidade da cultura de uma época”. Com o passar do tempo, a ciência literária “tem a vocação” de libertar a obra, fazendo-a compreendida e aproveitada em toda a sua plenitude, o que nem sempre é possível no momento da sua criação, dada à contemporaneidade do autor e mesmo dos críticos.

Entre os gêneros literários, o romance ocupa um lugar central na de Bakhtin (1992) que o considera plurilinguístico, pluriestilístico e plurivocal. Como nos diz Fiorin (2008) ao discutir as idéias bakhtinianas, ele é “a expressão do dialogismo no seu mais alto grau, dando um lugar mais destacado do que os outros gêneros à diversidade, à diferença, à heterologia” (FIORIN, 2008, p. 115). Nesta perspectiva, o romance é analisado a partir da percepção da linguagem e da representação do espaço e do tempo. Ele nos permite conhecer o mundo natural e o mundo da língua, “em sua realidade heterogênea, dialógica, plural”. Além de ter uma linguagem própria, “ele opera com o dialogismo discursivo de cada momento de uma dada formação social” (FIORIN, 2008, p. 139).

Isto posto, interessa-nos apresentar João Antônio dos Santos Gumes (1858-1930), o escritor que anunciou o Alto Sertão baiano² em todas as suas singularidades culturais e

¹ A respeito do assunto, ver LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *Historia: novos problemas; novas abordagens; novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

² Segundo Neves (1998, p. 22), “geralmente definem região de modo pouco preciso física ou sócio-economicamente, como área que se pretende delimitar, com ‘critérios parciais da espacialidade, que ‘recortam a

denunciou os seus os problemas em busca de soluções. Jornalista e literato produziu vários trabalhos, alguns inéditos, cujo acervo é encontrado no Arquivo Público Municipal de Caetité³. Os títulos das obras e as classificações feitas pelo autor tais como “romance de costumes sertanejos” ou “romance de folk-lorismo” ou ainda “romance moralizador e filosófico” entre outros, só aumentaram o meu interesse por essas leituras.

Como jornalista, utilizava-se das crônicas para fazer a escrita do seu tempo e, no *Jornal A Penna*,⁴ publicava os assuntos que mais o inquietavam a exemplo da grande seca de 1899, em que as suas crônicas em série traziam títulos como “Alarma”, “Horror”, “Desespero”, “Êxodo”. Isso demonstrava a sua preocupação com as causas sociais e com os efeitos do flagelo da seca na vida do sertanejo; demonstrava a sua insistente luta em favor dos menos favorecidos e em defesa de políticas públicas que pudessem trazer assistência aos mais pobres e desvalidos e melhorar as suas condições de vida. Neste gênero, escreveu como quem “possui certas habilidades literárias e assume uma determinada postura diante da vida”, como quem possui “humor, capacidade analítica, concisão, leveza, compromisso com o leitor”. (DANNER, 2005, p. 272).

Para Gumes, a literatura era tida como uma segunda ocupação, não sendo, portanto, o seu meio de ganhar a vida; dedicou-se à atividade romanesca mais na sua maturidade, em virtude de estar antes envolvido com as atribuições de funcionário público e de jornalista.

Como viés para entender a época em que as idéias de Gumes estavam sendo gestadas, vale considerar as discussões em torno da questão da formação da nacionalidade, a busca de identidade, bem como ideais de civilização e progresso que estavam na pauta das preocupações dos intelectuais brasileiros e dos governos instituídos com a proclamação da República. Nesta perspectiva, era necessário olhar a sociedade brasileira como quem deseja entendê-la, desvendar as suas peculiaridades e buscar explicações para uma realidade que se mostrava cheia de limitações face aos modelos externos de progresso. As teorias científicas em voga na virada do século XIX para o século XX, adotavam análises deterministas e evolucionistas que atribuíam à ação do tempo e aos fatores étnicos e climáticos a responsabilidade no desenvolvimento ou atraso dos lugares e dos povos. Era como se o

base física: região semi-árida, demarcada pelos fenômenos climáticos; região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação; região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano que ali projeta as maiores altitudes”.

³ Cidade natal de João Gumes, de onde ele nunca se ausentou; está localizada no Sudoeste da Bahia, a 757 km da capital. No início do século XX, desfrutava posição privilegiada em assuntos políticos e econômicos e como centro difusor de cultura pelo seu progresso no setor educacional.

⁴ *Jornal de abrangência regional* que circulou entre 1897 a 1943 e onde João Gumes, além de jornalista, era proprietário e redator chefe.

progresso fosse o único destino possível a todos os povos e, neste caso, o Brasil estaria desacreditado; estas teorias contribuíram para que se desenvolvesse uma idéia de atraso, um certo pessimismo e fatalismo em relação ao Brasil, como quem está fadado a não dar certo dentro do modelo estabelecido. “Fatalismo diante de algo que não poderia ser evitado e pessimismo com relação às possibilidades do Brasil diante do progresso da humanidade” (NAXARA, 1998, p. 41). Era como se existisse o Brasil enquanto Estado, mas não enquanto nação e segundo intelectuais como Sílvio Romero e Euclides da Cunha que buscaram interpretar o Brasil da época, a nação brasileira só passaria a existir quando se desse a formação de um grupo étnico homogêneo para, enfim, constituir-se a identidade do brasileiro e, portanto, da nacionalidade e da nação.

Estas teorias abriam debates calorosos, carregados de contradições que desembocaram em explicações dos diferentes níveis de desenvolvimento dos povos, justificando a superioridade de uns sobre o atraso dos outros, como uma dicotomia civilização – barbárie. E o Brasil, numa classificação bem geral, alinhava-se à barbárie pelos descompassos aqui vivenciados: de um lado, uma elite “civilizada”, de outro, uma pobreza alarmante, uma população miserável, “atrasada”; ou, litoral desenvolvido, versus interior atrasado; ou, população das cidades identificadas com o progresso e populações rurais identificadas com a estagnação. Assim, buscava-se explicar o que atrapalhava o desenvolvimento e o que poderia ser “possibilidade” na mudança do processo histórico rumo ao progresso (NAXARA, 1998, p. 42).

No Brasil, a literatura assume um papel importante neste momento em que as noções de brasilidade são debatidas e divulgadas a partir de manifestações literárias, como nos afirma Antônio Cândido:

a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas dos brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo a sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros (CÂNDIDO, 2008, p. 139-140).

Nesta perspectiva da importância da literatura e do trabalho do escritor, Benjamin (1995, p. 275), fala que o “sentido da vida” é o foco principal do escritor e o que move a sua trama; esta sempre tem um ponto final, não deixando margem para a dúvida do que vem depois. Mas o escritor também se aproveita da experiência que passa de pessoa para pessoa e sua escrita é

tão mais interessante quanto mais se aproximar dos inúmeros casos de narradores anônimos. A obra do escritor deve conter o seu pensamento de forma agradável, prazerosa, como “o espetáculo oferecido por um corpo gracioso e bem treinado”.

A idéia de valorização do romance é também defendida por Roger Chartier (2009, p. 25), quando diz que “algumas obras literárias moldaram as representações coletivas do passado mais poderosamente que os escritos de historiadores”; um exemplo disso é o romance do século XIX, cuja força é capaz de ‘produzir, moldar e organizar’ as vivências de um grupo e que o faz quando se apodera do passado, registra fatos e personagens colocados como reais e que finalmente são apreendidos e incorporados como senso comum.

Muito forte se fez esta contribuição literária no bojo das discussões, angústias e contradições em busca de uma identidade nacional; estudava-se o imaginário da população brasileira em busca de explicações e definições desta identidade, mas pautando-se em padrões de uma cultura ocidental e global; neste momento, as representações literárias de escritores clássicos brasileiros, a exemplo de Monteiro Lobato, levaram à construção do estereótipo de “brasileiro” marcado por qualidades negativas, tais como “atrasado”, “caipira” ou mesmo do “indolente” e “preguiçoso” Jeca Tatu (NAXARA, 1998, p. 19).

Gumes, ao contrário, numa construção própria de quem fala de “dentro” do seu espaço, como quem se identifica ou acredita nas potencialidades daquele espaço, coloca em suas tramas as particularidades da cultura sertaneja, seus hábitos, costumes e valores. Coloca-se como quem quer valorizar e enaltecer a sua região. Aos estereótipos de preguiçosos e matutos, Gumes contrapõe sertanejos aptos para o trabalho e muito honestos. Eximia o sertanejo de qualquer culpa, denunciando a ausência de investimentos públicos na melhoria das condições da região e demonstrava-se aflito por não existirem pessoas interessadas em defender os interesses dos sertanejos, conforme escreve na apresentação do seu romance, *Os Analfabetos* (1928):

A não ser o jurisconsulto, professor ou algum membro do clero, cada qual no domínio do seu ministério, quem se preocupa com a bela arte de escrever? Quem se dedica a uma cerrada campanha em prol dos nossos interesses agrícolas; em demonstrar as vantagens que oferece a nossa terra tão opulenta em recursos naturais; quem procura tornar conhecida a índole do nosso homem do campo, honesto, pacífico, laborioso? Quem procura combater a má idéia que fazem, nos centros cultos, do nosso pobre povo, que é tão caluniado, invetivado e mal visto lá por fora? (GUMES, 1928, p. 1).

E continua em defesa da sua região, querendo desfazer as imagens deturpadas que vigoram em outras partes do país, contrapondo uma realidade cheia de possibilidades e por isso escreve no prefácio, à primeira página:

As secas, o banditismo e a vagabundagem são os atributos que nos emprestam mesmo na Capital do nosso Estado; são, dizem por lá, as causas do nosso atraso, da nossa pobreza tão falada, do nosso imerecimento. Reduzidos a ilotas desprezíveis, considerado o alto sertão uma região inóspita onde o ádvena corre o perigo de ser assassinado nas estradas pelos selvagens sertanejos, ninguém, que para isso tenham autoridade, levanta a voz em nossa defesa. O que mais admira é que sertanejos malévolos que aqui residiram, que aqui nasceram e foram criados chegam a confirmar, senão que somos jagunços, ladrões ou vagabundos, ao menos que o nosso território é safaro, que passamos anos e anos sob a inclemente causticante solina sem o refrigério de uma chuva; que o nosso povo é preguiçoso, indolente e degenerado (GUMES, 1928, p. 1).

Como João Gumes era visto entre os críticos e estudiosos da literatura baiana? Aparecem poucas referências a ele, sendo citado entre os regionalistas “menos rígidos” que valorizam mais o humano, em detrimento de outros aspectos pitorescos; ou aparece no rol dos regionalistas que ficaram limitados a uma abrangência local, por falta de incentivos e de iniciativas editoriais que dessem vulto às obras dos autores citados (REIS, 2004, p. 27).⁵

A utilização da denominação Alto Sertão Baiano marca toda a sua produção e isso nos reporta à noção de espaço, articulada à noção de discurso da seguinte forma:

Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para os legitimarem. O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 34).

O nosso autor escreveu numa época em que o seu espaço circunscrevia-se a uma delimitação mais ampla conhecida como Norte, em oposição ao Sul do Brasil, ou litoral em oposição ao interior. Não aparece em Gumes a idéia imagética e discursiva que começa a se formar a partir da 2ª década do século XX e que se cristaliza com o nome de Nordeste.

⁵Esta autora cita MIGUEL FERREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção -1870 a 1920*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973; CALMON, Pedro. *História da Literatura Baiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949; este último usa a expressão: “o sertanejo João Gumes”. A Enciclopédia da Literatura Brasileira faz referência ao Gumes como teatrólogo e romancista, citando o drama *Abolição* e as comédias *A Intriga Doméstica* e *A Sorte Grande*.

O discurso regionalista de Gumes inscreve-se num período posterior ao declínio do Romantismo na literatura brasileira; num primeiro momento (primeiros anos do século XX), seu discurso romanesco contém a seiva da tendência naturalista então em voga. E quando este paradigma entra em crise nos anos 20 deste mesmo século, ele não o abandona, e assim suas obras são escritas com esta roupagem, o que fica evidente nas descrições das peculiaridades do sertão, tanto do ponto de vista geográfico quanto cultural.

Por esta época, a sociedade brasileira dos engajados nas questões sociais e políticas dividia-se entre os conservadores monarquistas e os republicanos progressistas. Gumes demonstrava afinidade com o segundo grupo, uma vez que atacava a escravidão e acreditava no aperfeiçoamento da democracia a partir da nova forma de governo. Para resolver o impasse entre estas duas vertentes, surge a corrente ufanista, defendendo que a nacionalidade poderia ser pensada como fruto das condições naturais da terra; a mãe-natureza cheia de prodígios, bem aproveitada pelo homem brasileiro, é a bandeira dos que pregam e acreditam num futuro promissor.⁶ Gumes assume este ponto de vista em relação à sua região e, assim, produz os seus romances descrevendo com riqueza de detalhes os encantos da natureza ou as vicissitudes de um meio adverso. Acredita nas muitas possibilidades de exploração da terra e no retorno financeiro garantido, a partir de um trabalho contínuo e disciplinado. É com estes argumentos que desenvolve a sua ação obstinada de combate à emigração dos sertanejos:

Ah! Se todos os moços, despindo-se dos preconceitos e receios que os afugentam dos rudes trabalhos do campo, experimentassem as doçuras dessa vida inocente, pacífica e proveitosa; se considerassem que um grão de cereal se reproduz milagrosamente em milhares e que *a terra, essa mãe dadivosa, apenas aguarda o carinhoso beijo do trabalho metódico, perseverante e honesto*, para se desatar em opulentos recursos, em riquezas compensadoras que nos trarão a felicidade e o sossego; se avaliassem que encanto perene e inefável, que alegria são e permanente nos reservam as fainas rurais – dedicar-se-iam com afã à vida agrícola. Diziam os nossos antepassados: “Planta e cria e terás alegria”. Não há adágio que mais contenha critério e justiça. (GUMES, 1917, p. 74).

O processo crescente de emigração sertaneja para outras paragens, especialmente São Paulo, era denunciado por Gumes na tentativa de esclarecer os prejuízos que isto acarretaria tanto para famílias inteiras, afetando a essência do ser humano e as bases da sociedade, como para a região que se despovoava e se ressentia da falta de mão de obra. No primeiro caso, é

⁶ Este tema é abordado por OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão Nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). *A Década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

como se houvesse o “desenraizamento cultural” das pessoas, para utilizar a expressão citada por Ecléa Bosi (2006, p. 17);⁷ o emigrante deixa as suas raízes pra trás e vai perdendo-as cada vez mais ao distanciar-se da sua paisagem natal, dos seus costumes, forma de vestir, modos de falar, suas festas, todos os seus rituais enfim. Estas raízes são fincadas na dinâmica das suas relações sociais e em uma participação na coletividade. Ali ele é conhecido e reconhecido em sua dignidade. Encontrar uma vida plena fora da sua realidade, é um desafio para quem antes, precisa sentir-se “enraizado”, afinado com as suas origens, para assim, sentir-se feliz. E, no segundo caso, os prejuízos para a região, fazem aparecer escassez de alimentos e anos de crise para seus habitantes.

Está na pauta das discussões de Gumes, o papel do trabalho como elemento importante na re-arrumação das tendências da mão de obra pós-abolição da escravatura. Este era o tema mais presente na sociedade, uma vez que vivíamos a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre e, notícias de rebeliões ou outras formas de resistência escrava do período anterior à abolição traziam um clima de desconfiança em relação aos libertos; de outro lado intensificava-se a busca de imigrantes vistos como “o tipo ideal” para suprir as necessidades do trabalho, em prejuízo ao aproveitamento da população livre pobre, mestiços e ex-escravos, vistos com desconfiança e temor. Neste sentido, Gumes, concatenado com as idéias em voga no país, procurava num movimento inverso, incentivar os meios para inserção desta mão-de-obra pobre nas condições de trabalho que a sua região oferecia, no caso a agricultura e a criação de gado.⁸ Era preciso acreditar no homem apto para o trabalho, um trabalho que o dignifica, abre caminho para a cidadania e para a sua melhoria econômica e social. A pobreza e a falta de alimentos não são causadas pela seca da região, mas pela falta de se trabalhar e acreditar na terra (GUMES, 1917, p. 78). Reiteradas vezes, em seus romances, aponta a agricultura como o caminho para a prosperidade do país, da qual advêm “hábitos e virtudes que tornam um povo nobre, digno, respeitável, unido, em resumo, civilizado” (GUMES, 1917, p. 96).

⁷ Esta autora, citando Simone Weil, diz que “o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir”; é um direito humano que muitas vezes é esquecido (BOSI, Ecléa. *Cultura e desenraizamento*. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura Brasileira – temas e situações*. São Paulo: Ática, 2006).

⁸ Um dado importante é considerar que na região alto-sertaneja, que não dispunha de cultivos em grande escala para exportação (como em outras regiões do país), não há registros de vinda de imigrantes em grande número; alguns poucos que para se transferiram para Caetitê e região era com objetivos bem específicos. Segundo Naxara (1998, p. 70), houve um movimento de revalorização do trabalhador nacional brasileiro depois da 1ª Guerra Mundial, principalmente em relação às populações pobres habitantes das cidades.

Na sua apologia ao trabalho, Gumes critica a febre dos aventureiros que buscavam Brejinho das Ametistas⁹ acreditando no enriquecimento fácil e rápido; para ele, apesar de no Brasil “ainda não estar constituída uma raça definida, pois entre nós os elementos étnicos são diversos e diferentes entre si, não devemos atribuir esse modo de ver e agir a propensões inatas. O que podemos admitir, fora dos hábitos adquiridos, é a sugestão do meio” (GUMES, 1917, p. 78).

No romance *Pelo Sertão* (GUMES, 1913/1914), o autor faz a descrição das paisagens rurais sertanejas nas quais se inscreve a presença do sertanejo virtuoso, espelhando a sua intenção em divulgar a boa índole dos campônios:

O tabaréu pé-de-boi é um espécimen digno de estudo em seus princípios e hábitos patriarcais, em sua franqueza e lealdade, em sua virtude, em seu gênio hospitaleiro. É o esposo exemplar, o pai carinhoso, o amigo dedicado. Felizmente ainda se encontram alguns desses homens. Vi-os, apreciei-os. Não são geralmente conhecidos porque se ocultam em uma modéstia exagerada, temendo o contacto dos novos costumes, vendo um perigo no descaramento em que anda a educação das futuras gerações, nas paixões que sobretudo imperam e não se querendo alistar como eleitores por temerem perseguições políticas e por enojados das lutas partidárias que consideram a origem de todos os males que nos afligem. Entretanto são hospitaleiros, mansos, tratáveis e criteriosos, e chegam a abandonar os hábitos obsoletos que consideram dispensáveis; pois evoluem, mas cautelosamente; são inteligentes e, até, possuem gênio inventivo e empreendedor (GUMES, 1913/1914, p. 2).

A boa hospitalidade é apontada por Gumes em vários pontos de sua obra, como “o traço mais notável do caráter do sertanejo”; condiciona uma forma de convívio saudável entre as pessoas, uma forma de aproximação, troca de experiências e oportunidade, às vezes, de construção de sólidas amizades. As raízes disso podem ser encontradas nas condições materiais de movimentação das pessoas numa época em que as estradas e os meios de transportes eram bastante precários. Viajar significava transpor longas distâncias a pé, como faziam os mais pobres ou em animais de montaria, como faziam os ricos e as pessoas de posses medianas. Os pernoites, que eram inevitáveis para condicionar o descanso dos viajantes e também dos animais, eram feitos em pontos do percurso já previstos com antecedência, onde deveriam contar com a acolhida dos moradores daquele caminho.¹⁰ Estes moradores acomodavam os viajantes para dormir, ofereciam-lhes jantar, pastagem para os

⁹ Localidade rica em minerais e pedras preciosas que integra o território do município de Caetité, hoje é distrito, uma das suas divisões administrativas.

¹⁰ Uma viagem de Caetité a Bom Jesus da Lapa (margem do Rio São Francisco) era feita “em três jornadas de dez léguas”, ou seja, eram necessários três dias, a cavalo, para se transpor uma distância de 180 km.

animais e nem sempre cobravam por isso. Outros avisavam com antecedência algum amigo ou compadre existentes no itinerário e, ao chegarem, “a hospitalidade era franca e a conversa derramada até tarde”, para, na manhã seguinte, retomarem a viagem (NEVES, 1986, p. 61). Na cidade, a falta de hotéis levava os visitantes a se hospedarem com parentes e amigos, havendo para isso em quase todas as famílias, um quarto de hóspedes e um quartinho para o camarada que, via de regra, realizava os serviços de manutenção e cuidados com os animais.¹¹

Concluindo esta análise, pode-se dizer que o nosso autor, ao contrário de outros escritores brasileiros da mesma época, não era pessimista em relação às potencialidades do sertanejo e às possibilidades econômicas do sertão e não corroborou para disseminação dos estereótipos já citados anteriormente, no entanto, desta última citação, depreende-se que outros valores Gumes considerava importantes para que houvesse um desenvolvimento do sertão sem haver a anulação das suas raízes; deveria ser um progresso “conservador”, mantendo os “hábitos patriarcais” e um certo receio em abraçar costumes diferentes; sertanejos deveriam evoluir “cautelosamente”, fugindo das artimanhas dos hábitos não saudáveis e que tão rapidamente são adotados pelas novas gerações. Esta sua fala de escritor traduz evidentemente a sua visão de mundo e a sua expressividade sobre o Alto Sertão baiano e traz contribuições relevantes aos estudos sobre a sociedade sertaneja.

Fontes

JORNAL A PENNA. Caetité, 1897-1930.

GUMES, João. *Pelo Sertão*. Caetité: A Penna, 11 jul. 1913/27 mar. 1914.

_____. *Vida Campestre*. Caetité: A Penna, 06 set. 1917.

_____. *Os Analphabetos*. Salvador: Escola Typographica Salesiana, 1928.

_____. *O Sampauleiro*. Caetité: A Penna, 1929. 2 v.

_____. *Abolição*. Caetité: [s.d.]. Manuscrito.

_____. *Seraphina*. Caetité: [s.d.]. Manuscrito.

¹¹Já existiu em Caetité uma pousada gratuita para os viajantes, oferecida por uma riquíssima proprietária: “era um vasto galpão com frente de meia parede toscamente balaustrada”, de onde se via ao longe o borburinho da população da cidade de Caetité na “atividade comercial que era então muito desenvolvida” (GUMES, 1917, p. 38).

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. I. Obras Escolhidas.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura Brasileira – temas e situações*. São Paulo: Ática, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria e História Literária*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DANNER, Mário Fernando Passos. Graciliano Ramos e a crônica – Uma vida em três séries. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em coisas miúdas. Capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Perez da. *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *Historia: novos problemas; novas abordagens; novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

NEVES, Flávio. *Rescaldo de Saudades*. Belo Horizonte: Acad. Mineira de Medicina, 1986.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao minifúndio (Um estudo de História Regional e Local)*. Salvador: Editora da UFBA, 1998.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão Nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Perez da. *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

REIS, Maria da Conceição Souza. *O Sampauleiro: romance de João Gumes*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.